



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ANEXO I TERMO REFERÊNCIA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

(Inciso III, 'f' do art. 74 c/c inciso XVIII, 'f' do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021)

Processo Administrativo nº 5482/2024

Área Requisitante	CONTROLADORIA GERAL
Responsável e matrícula	ROGÉRIO DE DEUS BORGES
Responsável pela Solicitação	DOUGLAS YASUHIRO UTIDA
Integrante da Área de Apoio Administrativo	MARCELA MEIRA KAMIYA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de ação de desenvolvimento ofertada pela Supreme Capacitação e Treinamento relacionada ao tema: Auditoria baseada em riscos, na modalidade à distância (videoconferência, com interações ao vivo entre os participantes e o instrutor), em formatos de turma fechada (*in company*), voltadas a empregado(s) lotado(s) na(s) Controladoria Geral do Coren-SP, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A proposta comercial, datada de **13/08/2024**, e atualizada 23/08/2024.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativas para a contratação

2.1.1. O curso auditoria baseada em riscos, com instrutor Thiago Bergmann de Quiróz – analista jurídico do TSE, atende as necessidades da Controladoria, visto que aborda como o processo de trabalho deve ocorrer, as metodologias que podem ser empregadas, as técnicas e ferramentas que podem ser utilizadas e como devem ser utilizadas, a forma como deve ser apresentado o relatório, a aplicação da matriz de risco, o que contribui para possíveis atualizações nos processos de trabalho.

2.1.2. Busca-se entender como podemos aplicar/implementar as técnicas da auditoria baseada em riscos nos controles realizados pela Controladoria, a fim de possibilitar melhor qualidade no direcionamento de esforços e maior relevância aos relatórios emitidos.

2.1.3. Com o uso de ferramentas de auditoria assistidas por computador (CAAT – Computer Assisted Audit Tool, em inglês) e de ferramentas de análise de dados em código aberto é possível implementar um processo de automação de testes de auditoria e um Programa de Auditoria Contínua.

2.1.4. A modernização dos processos da Controladoria Geral trará ganhos na velocidade, qualidade e produtividade nos testes passíveis de automação e implementação de um Programa de Auditoria Contínua, possibilitando a priorização de horas dos empregados lotados na Controladoria Geral para avaliação de outros processos, despesas e temas estratégicos e de governança, atualmente não abordados ou não abordados com profundidade.

2.1.5. A opção pelo formato à distância (100% online) atende as necessidades da área,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

não gerando custos com transporte e hospedagem e ainda possibilita maior flexibilidade para participação.

2.2. Objetivos Gerais e Específicos

2.2.1. Objetivo(s) geral(is):

2.2.1.1. Justifica-se a necessidade da contratação pelo escopo de trabalho da Controladoria e a necessidade de aprimorar o processo de trabalho no tange ao aprimoramento de técnicas para coleta de evidências, trazendo mais assertividade aos achados e confiança aos relatórios, à elaboração de planejamento prévio, na forma de identificação de causas e consequências dos achados, baseado em evidências robustas e na forma de reportar as conclusões, com mais clareza e objetividade, deixando os relatórios emitidos pela Controladoria Geral mais atrativos à leitura.

2.2.2. Objetivo específico(s) informado(s) pela(s) área(s).

- 2.2.2.1.** Conceitos e como implementar a auditoria baseada em riscos;
- 2.2.2.2.** Como elaborar o Plano Anual de Auditoria com os conceitos da auditoria baseada em riscos;
- 2.2.2.3.** Como avaliar os riscos, quais métodos e técnicas que são utilizados para sua identificação;
- 2.2.2.4.** Como realizar o levantamento dos controles internos e avaliar sua eficácia;
- 2.2.2.5.** Como executar, comunicar os resultados e monitorar as recomendações da auditoria;
- 2.2.2.6.** Como desenhar os testes de controle e substantivos, quais técnicas são utilizadas;
- 2.2.2.7.** Quais instrumentos são utilizados para coleta de dados para coleta de evidências, como funcionam;
- 2.2.2.8.** Como definir os achados, quais os requisitos, quais os cuidados na evidenciação dos achados, como separar os casos de possível indício, como elaborar uma matriz de achados;
- 2.2.2.9.** Como elaborar um bom relatório, como selecionar e fazer recomendações relevantes, o que evitar, como redigir, como abordar assuntos não classificados como achado, como tratar informações sensíveis e confidenciais;
- 2.2.2.10.** Como realizar o monitoramento das recomendações, sistemática, formas e relatório de monitoramento, formatos de controle, análise de planos de ação e como abordar a unidade auditada e alta gestão;
- 2.2.2.11.** Como quantificar os benefícios trazidos pela auditoria realizada;
- 2.2.2.12.** Tecnologias e ferramentas utilizadas pelos governos ou outros órgãos que possam contribuir com o trabalho da auditoria;
- 2.2.2.13.** Conceitos e como implementar auditoria por análise de dados;
- 2.2.2.14.** Tipos de análise na auditoria por análise de dados;
- 2.2.2.15.** Demonstração dos usos da linguagem R na análise de dados para os trabalhos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

de auditoria.

2.3. Explicitar a Notória Especialização

2.3.1. A Supreme Capacitação e Treinamento é uma empresa sediada em Brasília/DF, especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de profissionais de organizações públicas e privadas. Atua em todo território nacional, ofertando e promovendo cursos abertos, compartilhados e fechados (*in company*).

2.3.2. Em razão dos desafios legais, financeiros e operacionais que envolvem a gestão é essencial que os agentes políticos, servidores públicos e prestadores de serviços, participem de cursos de capacitação que visem prepará-los e atualizá-los para o pleno exercício de suas funções.

2.3.3. Com efeito, o aperfeiçoamento da execução das competências das instituições e das atribuições dos servidores públicos promoverá a melhoria nos serviços oferecidos aos cidadãos.

2.3.4. O corpo docente dos cursos promovidos pela empresa é formado por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.

2.3.5. O compromisso da Supreme é totalmente voltado para a ética, seriedade e excelência técnica dos serviços prestados, otimizando-se custos e consolidando o aprendizado de modo que os servidores obtenham qualificação condizente com as necessidades do órgão em que atuam.

2.3.6. Sobre o Instrutor:

2.3.6.1. INSTRUTOR: THIAGO BERGMANN DE QUEIROZ (Analista Judiciário do TSE), Mestre em Administração, área de concentração, Finanças, pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Contábeis e licenciado em Matemática também na Universidade de Brasília. Analista Judiciário, especialidade Contabilidade, no tribunal Superior Eleitoral com atuação nas áreas de auditoria e de licitações e contratos. Atua na Gestão de Atas de Registro de Preços, nos contratos de prestação de serviços de alocação de postos de serviços e contratos com formação de preços diferenciados. Professor com atuação na Educação básica e superior.

3. DA(S) AÇÃO(ÕES) DE DESENVOLVIMENTO

3.1. Proposta de Curso *In Company*

3.1.1. Título: Auditoria Baseada em Riscos.

3.1.2. Modalidade: Videoconferência, com interação ao vivo entre os participantes e o(s) instrutor(es) – turma **fechada** *live*;

3.1.3. Local de Realização: O acesso se dará por meio de URL a ser disponibilizada pela Contratada aos participantes inscritos;

3.1.4. Vagas: 10 (dez) vagas para os seguintes participantes:

3.1.4.1. Rogerio de Deus Borges - matrícula 1218;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 3.1.4.2. Camilla Batista de Calda - matrícula 745;
- 3.1.4.3. Ana Zélia Machado Pereira - matrícula 1192;
- 3.1.4.4. Elisangela Soares Rocha Lapini - matrícula 1161;
- 3.1.4.5. Felipe Dacar Pereira - matrícula 1116;
- 3.1.4.6. Stephanie Hung - matrícula 1013;
- 3.1.4.7. Willian da Silva Souza - matrícula 911;
- 3.1.4.8. Wesley Maia de Souza Santos - matrícula 1162;
- 3.1.4.9. Mariely Nobre Faltz Alves - matrícula 1246;
- 3.1.4.10. Douglas Yasuhiro Utida - matrícula 872.

3.1.5. Carga Horária: total 16 (dezesesseis) horas, distribuídas nos dias 19 a 22 de novembro de 2024, sendo 4 (quatro) dias de 4 (quatro) horas cada, das 08h00 às 12h00.

3.1.6. Valor da inscrição: R\$.2.900,00 (dois mil e novecentos reais) por participante.

3.1.7. Investimento Total: R\$.29.000,00 (vinte e nove mil reais), correspondendo a R\$.2.900,00 (dois mil e novecentos reais) por inscrição, para uma turma de 10 (dez) participantes.

4. DA ENTIDADE PROMOTORA

- 4.1. Razão Social: Instituto Supreme
- 4.2. Nome Fantasia: Supreme Capacitação e Treinamento
- 4.3. CNPJ nº: 53.940.195/0001-16
- 4.4. Endereço: SCS, Quadra 2, Bloco C, LT 99 - Edifício São Paulo, 3º Andar, sala 315 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.314-900
- 4.5. Telefone(s): (61)3962-4401/ (61) 99586-9623
- 4.6. E-mail(s): diretoria@supremetreinamentos.com.br
- 4.7. Consultor Responsável: Waldiley P. Pamplona – Diretor Geral

5. DADOS BANCÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

- 5.1. Banco: 001- Agência: 1230-0 - Conta Corrente: 68.591-7

6. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. Item único:

- 6.1.1. Por se tratar da contratação de um programa *in company* (turma fechada) foi solicitado à ofertante a apresentação de Notas Fiscais de Serviços similares recentes para verificação de preços praticados, cf. exigência da Lei de Licitações. O valor médio final por vaga/aluno, que foi a unidade de medida escolhida para uniformização das Notas Fiscais apresentadas, é de R\$.2.935,00 (dois mil, novecentos e trinta e cinco reais) superior ao valor da mesma unidade apurada para a proposta comercial ofertada ao Coren-SP, de R\$.2.900,00 (dois mil e novecentos reais) - demonstrando que o valor unitário a ser pago pelo Coren-SP é



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

inferior à média cobrada de outros órgãos para programas com carga horária similar.

7. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso III, “f”, do art. 74 combinado com o inciso XVIII, “f” do art. 6º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

Leiam-se (*in verbis*):

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos ser serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.”

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Ainda, considerando o que determina o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (*in verbis*):

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

7.2. Nota-se que regra é licitar. Para tanto, tratando-se de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, pode-se utilizar os tipos de licitação melhor técnica e preço, conforme art. 36, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

“Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

§ 1º O critério de julgamento de que trata o caput deste artigo será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;"

- 7.3.** Outra forma de licitar seria pelo critério do Menor Preço, na Modalidade de Pregão, na forma da Lei 10.520/2002. Porém, observa-se pelas contratações dos diversos órgãos públicos, que esse procedimento, muitas vezes, não permite a escolha de um profissional ou empresa que apresentem resultados satisfatórios, principalmente quando se trata de conteúdo específico da Administração Pública.
- 7.4.** Assim, pelas razões expostas, a favor da celeridade do processo de contratação das ações de desenvolvimento voltada a empregados do Coren-SP, entendemos que a Administração poderá contratá-las, em eventos abertos ou fechados, por *inexigibilidade de licitação, na forma do Art. 74, inciso III, "f", combinado com o art. 6º, inciso XVIII, "f", ambos da Lei nº 14.133/2021.*

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela instituição promotora do evento, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- 8.2.** Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- 8.3.** Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.4.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 8.5.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 8.6.** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 8.7.** Encaminhar a Nota Fiscal e Certificado(s) de Participação à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a data de realização do evento.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- 9.2.** Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
- 9.3.** Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- 9.4.** Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 9.5.** Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis.

10. PAGAMENTO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 10.2.** Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 10.3.** O pagamento será efetuado no prazo de 20 (vinte) dias corridos contados do recebimento da nota fiscal/fatura, mediante depósito bancário para crédito, em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.
- 10.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.4.1.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.5.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 10.5.1.** o prazo de validade;
- 10.5.2.** a data da emissão;
- 10.5.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.5.4.** o período de prestação dos serviços;
- 10.5.5.** o valor a pagar; e
- 10.5.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 10.6.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 10.7.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.8.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.
- 10.9.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.10.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- 10.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.12.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.13.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.14.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 10.15.** É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário empregado público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 10.16.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a compensação financeira devida pela Contratante será calculada por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo que:

EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
 $I = i/365$ $I = (6/100)/365$ $I = 0,00016438$
Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

11. SANÇÕES CABÍVEIS

- 11.1.** A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:
- I. Dar causa à inexecução parcial do objeto;
 - II. Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III. Dar causa à inexecução total do objeto;
 - IV. Deixar de entregar a documentação exigida à Contratação;
 - V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI. Não celebrar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a Contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto;
 - IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;
 - X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 2013.
- 11.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência as seguintes sanções:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Pública;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- §1º** Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. As peculiaridades do caso concreto;
 - III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. Os danos que dela provierem à Administração Pública;
 - V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- §2º** A sanção prevista no inciso I do *caput* deste subitem será aplicada, exclusivamente, pela infração administrativa prevista no inciso I do *caput* do item 11.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- §3º** A sanção prevista no inciso II do *caput* deste subitem será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do objeto licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 11.1** deste Termo de Referência.
- §4º** A sanção prevista no inciso III do *caput* deste item será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do 11.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- §5º** A sanção prevista no **inciso IV do caput deste subitem** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do item 11.1 deste Termo de Referência, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no §4º deste item, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo m que tiver



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

aplicado a sanção, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- §6º** A sanção estabelecida no inciso IV do *caput* deste item será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.
- §7º** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* deste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do *caput* deste subitem.
- §8º** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- §9º** A aplicação das sanções previstas no *caput* deste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração Pública.
- 11.3.** Na aplicação da sanção prevista no inciso II do *caput* do subitem 11.2 deste Termo de Referência, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.4.** A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* do subitem 11.2 deste Termo de Referência, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contando da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- §1º** A comissão a que se refere o *caput* deste subitem será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no Coren-SP;
- §2º** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação;
- §3º** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- §4º** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- I. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* deste item;
 - II. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei 12.846 de 2013;
 - III. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 11.5.** Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência ou na Lei de Licitações e objetos da administração Pública que, também, sejam tipificados como atos lesivos a Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.6.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.7. O Coren-SP deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

11.7.1. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do *caput* do item 11.2 deste Termo de Referência, o Poder Executivo regulamentará a forma de computo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de objetos distintos.

11.8. O atraso injustificado na execução do Objeto desse Termo de Referência, sujeitará o CONTRATADO a multa de mora neste prevista.

11.8.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta lei.

11.9. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- I. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II. Pagamento de multa;
- III. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.9.1. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do *caput* do item 11 deste Termo de Referência exigirá, como condição de reabilitação da CONTRATADA, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. As partes elegem de comum acordo, o foro da Justiça Federal de São Paulo para a solução dos conflitos eventualmente decorrentes da presente relação contratual



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas correrão pelo Elemento de Despesa de nº 6.2.2.1.1.33.90.39.002.018 – Palestras, Cursos, Treinamentos e Seleção de Pessoal.

São Paulo, 05 de setembro de 2024.

Assinam este Termo de Referência:

INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p>Douglas Yasuhiro Utida</p> <p>Assinado de forma digital por Douglas Yasuhiro Utida Dados: 2024.09.05 11:06:19 -03'00'</p> <p>Douglas Yasuhiro Utida Coordenador Controladoria Geral Matrícula 872</p>	<p>Marcela Martins Meira Kamiya</p> <p>Assinado de forma digital por Marcela Martins Meira Kamiya Dados: 2024.09.05 12:12:03 -03'00'</p> <p>Marcela Kamiya Assessora II Gerência de Compras e Contratações - SPC Matrícula 1226</p>
RESPONSÁVEL PELA ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO
<p>Rogério de Deus Borges</p> <p>Assinado de forma digital por Rogério de Deus Borges Dados: 2024.09.05 11:12:18 -03'00'</p> <p>Rogério de Deus Borges Controlador Geral Matrícula 1218</p>	<p>Andrea Zumbini Paulo</p> <p>Assinado de forma digital por Andrea Zumbini Paulo Dados: 2024.09.05 11:59:40 -03'00'</p> <p>Andrea Zumbini Paulo Gerente Gerência de Compras e Contratações Matrícula 1232</p>